



PUBLISEGUR
corretores de seguros

RELATÓRIO E CONTAS

2023

- ✓ Relatório de Gestão
- ✓ Contas
- ✓ Anexo às Demonstrações Financeiras
- ✓ Certificação Legal das Contas

Relatório de Gestão

Exercício de 2023

RELATÓRIO DE GESTÃO



Largo de S. João – Centro Comercial Garden, loja 21
6300-752 Guarda

Exercício de 2023

Para dar cumprimento do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, a empresa **PUBLISSEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.**, com o número de pessoa coletiva 505.100.436 com sede social no Largo de São João, Garden Shopping Center, loja 21, freguesia da Guarda (Guarda), concelho da Guarda, e com o capital social de 75.000,00€ (Setenta e cinco mil euros), com a atividade principal de corretagem de seguros vem por este meio apresentar o Relatório de Gestão e Contas do exercício económico findo a 31 de Dezembro de 2023, os quais expressam a sua situação financeira e resultados obtidos.

1. Evolução da Conjuntura

Economia Nacional

Estima-se que a economia mundial tenha registado uma expansão moderada, mas constante, em 2023, refletindo o forte consumo privado e o apoio de mercados de trabalho resilientes. Projeta-se que o crescimento mundial diminua ligeiramente em 2024, refletindo sobretudo o impacto de um aumento da restritividade da política monetária nas economias avançadas. Em comparação com as projeções macroeconómicas de setembro de 2023 elaboradas por especialistas do BCE, as perspetivas para o crescimento mundial nas projeções macroeconómicas de dezembro de 2023 elaboradas por especialistas do Eurosistema permanecem globalmente inalteradas, continuando a projetar-se uma expansão da economia mundial a um ritmo inferior à média histórica ao longo do horizonte de projeção. Apesar de um fraco desempenho registado em 2023, espera-se que o crescimento do comércio mundial recupere novamente no resto do horizonte de projeção e aumente, em geral, em consonância com a atividade mundial. Em comparação com as projeções de setembro, tanto o crescimento das importações mundiais como o crescimento da procura externa da área do euro foram revistos em alta para 2023, devido, em grande medida, a resultados melhores do que o estimado no segundo e terceiro trimestres. Todavia, o crescimento da procura externa no resto do horizonte de projeção foi revisto em baixa em comparação com as projeções de setembro. Estima-se que o crescimento dos preços das exportações dos concorrentes da área do euro (nas moedas nacionais) tenha caído acentuadamente no segundo trimestre de 2023, devido à continuação da queda dos preços das matérias-primas e ao abrandamento das pressões acumuladas a nível interno e externo. Projeta-se que estes recuperem gradualmente e converjam no sentido da sua taxa de crescimento média de longo prazo ao longo do horizonte de projeção.

(Fonte: Boletim Económico do Banco de Portugal)

Análise do Sector

No final de 2023, a produção global de seguro direto relativa à atividade em Portugal diminuiu 1,9% face ao período homólogo de 2022, situando-se em cerca de 11,8 mil milhões de euros. O ramo Vida apresentou uma quebra de 14,3%, tendo sido relevante para este decréscimo a diminuição verificada nos seguros de vida ligados (-54,8%), em particular nos PPR (-66,3%). Já os ramos Não Vida registaram um crescimento de 10,4%, de onde se destaca o crescimento de 16,7% no ramo Doença, cujo peso relativo na produção passou a ser de 20,3% no final do período.

No mesmo período, os montantes pagos verificaram um acréscimo de 12,1%. Para este aumento foram determinantes o crescimento de 12,7% no ramo Vida, potenciado pela variação positiva de 22,3% verificada nos seguros de Vida Não Ligados (incluindo os PPR Não Ligados), e de 11% nos ramos Não Vida, tendo para isso contribuído os ramos Incêndio e Outros Danos (22,3%) e Doença (18%).

No final de 2023, o valor das carteiras de investimento das empresas de seguros totalizou 50,4 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de 0,7% face ao mesmo período do ano anterior. Na mesma data o volume de provisões técnicas foi de 42,6 mil milhões de euros.

O rácio de cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR) – medida do montante de fundos próprios necessários para a absorção das perdas resultantes de um evento de elevada adversidade (VaR 99,5%, um ano) e que resulta da agregação das cargas de capital relativas aos vários riscos a que as empresas de seguros se encontram expostas – foi de 203%, refletindo um acréscimo de seis pontos percentuais face ao final de 2022. O rácio de cobertura do Requisito de Capital Mínimo (MCR) – nível mínimo de fundos próprios abaixo do qual se considera que os tomadores de seguros, segurados e beneficiários ficam expostos a um grau de risco inaceitável – foi de 546%, refletindo um aumento de cerca de 29 pontos percentuais face ao final do ano anterior.

(Fonte: ASF)

2. Evolução da atividade da empresa

No exercício de 2023 a Publisegur registou um aumento das prestações de serviços, passando de um valor global de 637.159,55€ em 2022 para 846.099,41€ em 2023.

O valor dos Fornecimentos e Serviços Externos aumentou cerca de 49% e os gastos com pessoal cerca de 16% face ao ano anterior.

O resultado líquido do exercício de 2023 cifrou-se em 16.358,44€ (em 2022 foi de 6.234,97€).

No exercício de 2022 a sociedade foi transformada de sociedade por quotas para sociedade anónima.

3. Análise Económica e Financeira da Empresa

No exercício de 2023 o resultado líquido é positivo em 16.358,44€.

A empresa melhorou os Capitais Próprios, tendo aumentado em 5% sua Autonomia Financeira.

Rubrica	2023	2022	Variação	% Variação
Resultados Líquidos	16 358	6 235	10 123	162,37%
Capitais Próprios	325 421	309 062	16 358	5,29%
Total do Ativo	600 508	623 963	-23 455	-3,76%
Total do Passivo	275 087	314 901	-39 814	-12,64%
Autonomia Financeira	54,2%	49,5%		

O número médio de funcionários durante o período foi de 20.

4. Evolução Previsível da Atividade

A Publisegur tem razões para esperar um exercício de 2024 na linha de orientação do que tem vindo a apresentar, continuando a dedicar especial atenção à qualidade de serviços prestados aos clientes e na formação dos colaboradores, contudo é difícil efetuar previsões mais precisas para o volume de negócios na medida em que não é possível prever o efeito do elevado nível de inflação e da subida das taxas de juro de referência, que aponta para alguma estagnação nos últimos meses.

Influenciando ainda as contas de 2023, verificamos desde fevereiro de 2022 condicionalismos decorrentes da atual conjuntura económica derivada da ofensiva/guerra russa na Ucrânia e do conflito entre Israel e a

Palestina/Gaza iniciado em outubro de 2023. Nestes termos, a Administração irá continuar a promover iniciativas que possam mitigar impacto de custos.

Neste sentido a Administração entende que apesar dos potenciais impactos decorrentes da ofensiva/guerra na Ucrânia e do conflito entre Israel e a Palestina/Gaza, mantém-se apropriado o pressuposto da continuidade, que esteve na base da preparação das Demonstrações Financeiras.

5. Gestão de Risco Financeiro

A atividade da empresa está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os riscos de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A administração tem a responsabilidade final pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da instituição. As políticas e sistema de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem atualizados face à realidade das condições dos mercados e à atividade.

Risco de Crédito

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas de financeiras decorrentes do incumprimento de um cliente relativamente às obrigações contratuais ou extracontratuais estabelecidas com a instituição no âmbito da sua atividade. É efetuada uma gestão permanente dos clientes e dos seus saldos em aberto.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito da instituição, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efetuado regularmente.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da instituição, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na administração. Esta gestão tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem identificar as ruturas pontuais de tesouraria e acionar os mecanismos tendentes a sua cobertura junto da instituição.

Risco de mercado

Risco associado às flutuações da procura, as quais afetam os rendimentos da empresa. No entanto, no caso da empresa, a administração procura efetuar um cuidado planeamento da distribuição e encontra-se atenta às flutuações de mercado e às novas tendências.

6. Aplicação de Resultados

É proposto pela Administração da Empresa que o resultado líquido do exercício de 2023, o qual se cifrou em 16.358,44€, seja aplicado do seguinte modo:

- Reservas legais: 817,92€
- Resultados transitados: 15.540,52€

7. Notas Finais

A Administração da Publisegur, acrescenta ainda uma palavra de agradecimento por toda a confiança manifestada pelos órgãos sociais, e pela cooperação de todos os colaboradores, clientes, instituições bancárias, fornecedores e das demais entidades que com ela se relacionaram.

8. Por fim, declara ainda que:

1. A empresa não é devedora quer ao Estado quer à Segurança Social por quaisquer dívidas fiscais em situação de mora. Dá-se deste modo cumprimento ao disposto no artigo 2º do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de Novembro e no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro (Código Contributivo).
2. Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.
3. Não existem ações próprias detidas pela empresa.
4. A empresa não apresenta quaisquer riscos ou contingências em termos de matérias ambientais.
5. A empresa dispõe de cinco sucursais.
6. Não houve quaisquer autorizações concedidas nem se praticaram negócios entre a sociedade e a sua Administração.

Guarda, 12 de Abril de 2024

A Administração,

Contas

Exercício de 2023

PUBLISSEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2023

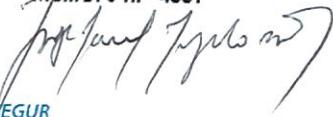
Unidade Monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2023	31/12/2022
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	8/9	212 876,76	224 403,96
Activos intangíveis	7	237 137,36	261 122,70
Outros investimentos financeiros	15	700,00	700,00
		450 714,12	486 226,66
Activo Corrente			
Clientes	15	20 431,78	21 293,79
Estado e outros entes públicos	15 / 20	0,00	611,60
Outros créditos a receber	15	42 300,01	42 825,01
Diferimentos	15 / 16	21 445,12	21 641,70
Caixa e depósitos bancários	4	65 616,63	51 364,38
		149 793,54	137 736,48
Total do activo		600 507,66	623 963,14
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15	75 000,00	75 000,00
Reservas legais		10 311,75	10 000,00
Outras reservas		24 000,00	24 000,00
Resultados transitados		199 750,72	193 827,50
		309 062,47	302 827,50
Resultado líquido do período		16 358,44	6 234,97
Total do capital próprio		325 420,91	309 062,47
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	9 / 15	26 597,91	44 345,23
		26 597,91	44 345,23
Passivo corrente			
Fornecedores	15	6 821,21	5 108,70
Estado e outros entes públicos	15 / 20	18 163,42	15 095,49
Financiamentos obtidos	9 / 15	18 744,41	17 919,64
Outras dívidas a pagar	15	204 759,80	232 431,61
		248 488,84	270 555,44
Total do passivo		275 086,75	314 900,67
Total do capital próprio e do passivo		600 507,66	623 963,14

Guarda, 12 de Abril de 2024

O Contabilista Certificado

Membro n.º 4557



A Administração



PUBLISSEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

Demonstração individual dos resultados por naturezas

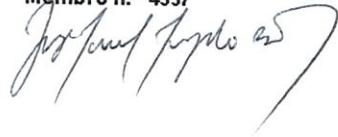
Período findo em 31 de Dezembro de 2023

Unidade Monetária: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2023	31/12/2022
Vendas e serviços prestados	11	846 099,41	637 159,55
Subsídios a exploração	12	767,92	5 362,36
Fornecimentos e serviços externos	17	(349 018,67)	(233 474,31)
Gastos com o pessoal	18	(414 729,47)	(358 678,81)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		(35 985,34)	0,00
Outros rendimentos	19	1 820,66	2 040,95
Outros gastos	19	(5 777,69)	(9 837,39)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		43 176,82	42 572,35
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	(12 558,19)	(26 811,90)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		30 618,63	15 760,45
Juros e gastos similares suportados	15	(10 094,10)	(7 002,08)
Resultado antes de impostos		20 524,53	8 758,37
Imposto sobre o rendimento do período	14/20	(4 166,09)	(2 523,40)
Resultado líquido do período		16 358,44	6 234,97

Guarda, 12 de Abril de 2024

O Contabilista Certificado
Membro n.º 4557



A Administração

Relatório e Contas referente ao Exercício de 2023

PUBLISSEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

Demonstração individual das alterações no capital próprio período findo em 31 de Dezembro de 2022

Unidade Monetária: euros

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio		
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transtidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período				
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO findo em 31-12-2022	1	50 000,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00	24 000,00	149 640,57	0,00	0,00	14 233,23	247 873,80	0,00	247 873,80	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													0,00	0,00	
Prima a adopção do novo referencial contabilístico													0,00	0,00	
Alterações de políticas contabilísticas													0,00	0,00	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													0,00	0,00	
Revisão de excedente de revalorização													0,00	0,00	
Excedentes de revalorização													0,00	0,00	
Ajustamentos por impostos diferidos													0,00	0,00	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio													(14 233,23)	29 953,70	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								44 196,93	0,00	0,00	(14 233,23)	29 953,70	0,00	29 953,70
RESULTADO INTEGRAL	4=1+2+3								44 196,93	0,00	0,00	6 234,97	6 234,97	0,00	6 234,97
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													25 000,00	25 000,00	
Realizações de capital													0,00	0,00	
Realizações de prémios de emissão													0,00	0,00	
Distribuições													0,00	0,00	
Entradas para cobertura de perdas													0,00	0,00	
Outras operações													0,00	0,00	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2022	6=1+2+3+5	75 000,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00	24 000,00	193 827,50	0,00	0,00	6 234,97	309 062,47	0,00	309 062,47	

PUBLISSEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

Demonstração individual das alterações no capital próprio período findo em 31 de Dezembro de 2023

Unidade Monetária: euros

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio	
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transtidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO findo em 31-12-2023	6	75 000,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00	24 000,00	193 827,50	0,00	0,00	6 234,97	309 062,47	0,00	309 062,47
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													0,00	0,00
Prima a adopção do novo referencial contabilístico													0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas													0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													0,00	0,00
Revisão de excedente de revalorização													0,00	0,00
Excedentes de revalorização													0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos													0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio													0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8												16 358,44	16 358,44
RESULTADO INTEGRAL	9=6+7+8												10 123,47	16 358,44
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													0,00	16 358,44
Realizações de capital													0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão													0,00	0,00
Distribuições													0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas													0,00	0,00
Outras operações													0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2023	6+7+8+10	75 000,00	0,00	0,00	0,00	10 311,75	24 000,00	199 750,72	0,00	0,00	16 358,44	325 420,91	0,00	325 420,91

Guarda, 12 de Abril de 2024

O Contabilista Certificado
Membro n.º 4557

A Administração



PUBLISSEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

Demonstração individual de fluxos de caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2023

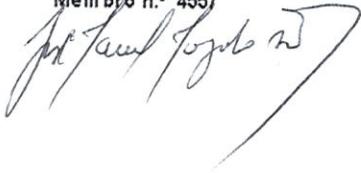
Unidade Monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		846 981,42	654 452,93
Pagamentos a fornecedores		(347 306,16)	(260 635,21)
Pagamentos ao pessoal		(414 729,47)	(358 678,81)
		Caixa gerada pelas operações	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		84 925,79	35 138,91
Outros recebimentos/pagamentos		(4 166,09)	(2 523,40)
		(26 459,81)	(13 839,21)
		Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	
		54 299,89	18 776,30
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(1 030,99)	(22 924,82)
Activos intangíveis		(12 000,00)	0,00
		Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	
		(13 030,99)	(22 924,82)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(16 922,55)	(17 764,35)
Juros e gastos similares		(10 094,10)	(7 002,08)
		Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	
		(27 016,65)	(24 766,43)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		14 252,25	(28 914,95)
Caixa e seus equivalentes no inicio do período		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.1	51 364,38	80 279,33
		65 616,63	51 364,38

Guarda, 12 de Abril de 2024

O Contabilista Certificado

Número n.º 4557



A Administração



Largo de S. João – Centro Comercial Garden, loja 21
6300-752 Guarda

Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício de 2023

ANEXO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO:

1.1 Designação da Entidade:

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

1.2 Sede:

Sediada no Largo de São João, Centro Comercial Garden, Loja 21, freguesia da Guarda.

1.3 Natureza da atividade:

Tem como objeto social a mediação de seguros (C.A.E. 66220-R3) e número de pessoa coletiva 505.100.436.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, tendo assim sido adotadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e adequada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta da empresa. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e adequada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor.

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

As demonstrações financeiras do exercício de 2023 são comparáveis na sua plenitude com as do exercício de 2022.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

b) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Tais ativos correspondem a carteiras de seguros adquiridas nos termos do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 144/2006 com vidas úteis indefinidas, uma vez que não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem influxos de caixa líquidos para a entidade.

Anualmente são efetuados testes de imparidade, comparando a quantia recuperável com a quantia escriturada.

Fiscalmente e na sequência de despacho da Senhora Diretora de Serviços de IRC de 07/02/2012, foi autorizada a sua dedutibilidade.

c) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzidos das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Fiscalmente, as depreciações estão enquadradas nas taxas máximas permitidas pelo Decreto Regulamentar nº 25/2009.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

d) Locação Financeira – Encontra-se registado em Ativos Fixos Tangíveis um imóvel adquirido em exercícios anteriores com recurso a locação financeira, encontrando-se a dívida à Sociedade Financeira registada no Passivo, em Financiamentos obtidos, pelo respetivo custo de aquisição.

Mensalmente, ao efetuar-se o pagamento das rendas, evidencia-se quer o montante do capital amortizado quer o juro.

e) Acréscimos e Diferimentos - A Empresa regista nestas rubricas, de acordo com o princípio do acréscimo, as despesas e as receitas imputáveis ao presente exercício que apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios pelo valor que lhes corresponde.

f) Subsídios do Governo

Os subsídios do governo são reconhecidos quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

g) Rérito

O rérito é proveniente das prestações de serviços e é integralmente referente à obtenção de comissões de seguros decorrentes da atividade exercida, sendo reconhecido pelo justo valor do montante a receber.

h) Impostos sobre o rendimento

A estimativa de IRC é apurada de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta o previsto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2020 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

i) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras contas a receber

Os movimentos com clientes e outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Outras dívidas a terceiros e Acionistas

As contas de outros terceiros e acionistas encontram-se mensuradas pelo método do custo.

Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro nominal são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos não correntes quando a empresa tem o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato. Nos restantes casos são contabilizados em passivos correntes.

Os financiamentos referem-se a empréstimo efetuado pelos acionistas à empresa e dívida referente a contrato de locação financeira.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras créditos a receber e outras dívidas a pagar» e «Diferimentos».

Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e depósitos bancários correspondem aos valores em depósitos bancários, imediatamente realizáveis.

j) **Benefícios de empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, ajudas de custo, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

k) **Eventos subsequentes**

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto nas NCRF. Em cada Balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a empresa intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras anexas.

4. Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Rubrica	2023	2022
Caixa	3 900	3 653
Depósitos à Ordem	61 717	47 712
Total	65 617	51 364

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não foram detetados erros relativamente aos períodos anteriores, pelo que não se procedeu a qualquer correção por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do exercício de 2022 de acordo com a NCRF 4.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1 Partes Relacionadas:

Descrição das partes relacionadas:

- José António Monteiro Costa
- Isabel Maria Rabaço Felízio
- João Francisco Felízio Costa
- Ana Isabel Felízio Costa

6.2 Remunerações do pessoal chave de gestão:

Total de remunerações: 0,00 euros.

6.3 Saldos com partes relacionadas:

Rubrica	Saldo 31-12-2023	Nat.	Saldo 31-12-2022	Nat.
26 - Sócios	-		6 323 Credor	
25 - Financiamentos de Sócios	-		0 -	
21/22 - Interglobal	2 647 Credor		0 -	

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

7.1 Divulgações sobre ativos intangíveis

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Quantia escriturada de cada ativo intangível avaliado como tendo uma vida útil indefinida e razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida:

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição.

Tal como mencionado no ponto 3.1 b), a integralidade dos ativos intangíveis corresponde a carteiras de seguros adquiridas nos termos do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 144/2006, com vidas úteis indefinidas, uma vez que não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem influxos de caixa líquidos para a entidade.

Em 31-12-2023 foram efetuados testes de imparidade, comparando a quantia recuperável com a quantia escriturada.

Tais testes consistiram na análise objetiva ao valor recuperável dos ativos subjacentes, subtraindo-se ao valor escriturado o montante proporcional de apólices canceladas.

Conforme Oficio n.º 3360 de 16-02-2012 enviado pela Direção de Serviços do Imposto sobre O Rendimento das Pessoas Coletivas à empresa, estas imparidades têm aceitação fiscal.

b) Quantia bruta escriturada e qualquer imparidade acumulada no começo e fim do período:

Rubricas	Situação Final (31-12-2023)			Situação Final (31-12-2022)		
	Quantia Bruta	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Carteiras de Seguros	554 266 €	317 129 €	237 137 €	542 266 €	281 144 €	261 123 €
Total	554 266 €	317 129 €	237 137 €	542 266 €	281 144 €	261 123 €

c) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Adições	Revalorizações	Alienações	Imparidades	Transferências	Saldo Final
Carteiras de seguros	261 123 €	12 000 €	0 €	0 €	35 985 €	0 €	237 137 €
Total	261 123 €	12 000 €	0 €	0 €	35 985 €	0 €	237 137 €

7.3. Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis.

Não existem compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis. As carteiras de seguros adquiridos em anos anteriores encontram-se a ser liquidadas de acordo com os contratos assinados.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada, enquadrando-se nas taxas máximas constantes do Decreto Regulamentar n.º 25/2009:

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4 a 5
Equipamento administrativo	3 a 8

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período:

Rubricas	Situação Final(31-12-2023)			Situação Final(31-12-2022)		
	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Edifícios e outras construções	267 524 €	69 781 €	197 743 €	267 524 €	64 430 €	203 094 €
Equipamento básico	49 845 €	40 743 €	9 101 €	49 845 €	37 518 €	12 327 €
Equipamento de transporte	5 800 €	5 800 €	0 €	5 800 €	5 800 €	0 €
Equipamento administrativo	54 238 €	48 206 €	6 032 €	53 207 €	44 224 €	8 983 €
Total	377 407 €	164 530 €	212 877 €	376 376 €	151 972 €	224 404 €

c) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Rubricas	Saldo Inicial	Adições	Revalorizações	Transferências	Depreciações	Perdas imparidade	Saldo Final
Edifícios e outras construções	203 094 €	0 €	- €	- €	5 350 €	- €	197 743 €
Equipamento básico	12 327 €	0 €	- €	- €	3 226 €	- €	9 101 €
Equipamento de transporte	- €	- €	- €	- €	0 €	- €	0 €
Equipamento administrativo	8 983 €	1 031 €	- €	- €	3 982 €	- €	6 032 €
Total	224 404 €	1 031 €	0 €	0 €	12 558 €	0 €	212 877 €

8.2 Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis:

Em anos anteriores foram adquiridas com recurso a locação financeira as frações autónomas designadas pelas letras “TCA” e “UAC”, ambas na 1^a Cave – Zona CA, loja 43 e 44, respetivamente, do prédio urbano sito no largo de São João, Blocos A, B, C, D (Centro Comercial Garden - Guarda) sendo portanto a sociedade locadora a legítima possuidora dos imóveis.

Foi também adquirida com recurso a locação financeira a fração autónoma UCB, referente a uma loja no rés-do-chão do prédio urbano sito no largo de São João, Blocos A, B, C, D (Centro Comercial Garden - Guarda) sendo, portanto, a sociedade locadora a legítima possuidora dos imóveis.

9. LOCAÇÕES

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo:

Designação do Bem	Activo Bruto	Amortização Exercício	Amortizações Exercícios Anteriores	Activo Líquido
Fracções TCA e UAC - Lojas 43 e 44 - CC Garden (Guarda)	84 001	1 680	32 640	49 681
Fracção UCB - Lojas 21 - CC Garden (Guarda)	174 635	3 493	31 434	139 708
TOTAL	258 636	5 173	64 075	189 389

b) Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente:

Estima-se que as diferenças entre o total dos futuros pagamentos mínimos das locações financeiras no final do período e os seus valores presentes não sejam consideráveis, atendendo à taxa efetiva praticada nestes financiamentos.

c) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor nominal, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Valor data do balanço	Valor presente < 1 ano (2024)	Valor presente 1>5 <anos (2025 - 2028)	Valor presente > 5 anos (2029)
Contrato locação financeira CLF	34 509 €	7 911 €	26 598 €	0 €
Total	34 509 €	7 911 €	26 598 €	0 €

Em 31 de Dezembro de 2023, as responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Passivo corrente (ano 2024): 7.911 €

Passivo não corrente (ano 2025 e seguintes): 26.598 €

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela titularidade dos imóveis.

10. IMPARIDADE DE ACTIVOS

10.1 Quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período:

No exercício de 2023 foram efetuados testes de imparidade aos ativos intangíveis resultantes das aquisições de carteiras de seguros relativamente às quais não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem influxos de caixa líquidos para a entidade.

Rubricas	Depreciações e imparidades acumuladas			
	Saldo Final (31-12-2022)	Reforço	Reversão	Saldo Final (31-12-2023)
Carteiras de Seguros	281 144 €	35 985 €	- €	317 129 €
Total	281 144 €	35 985 €	0 €	317 129 €

10.2 Por cada perda material por imparidade reconhecida ou revertida durante o período para um ativo individual, ou para uma unidade geradora de caixa:

a) Acontecimentos e circunstâncias que conduziram ao reconhecimento da perda por imparidade:

As perdas por imparidade reconhecidas resultam do teste anual efetuado à quantia recuperável dos ativos associados às carteiras de seguros adquiridas e com vidas úteis indefinidas.

O teste realizado assentou na determinação objetiva do valor de cada apólice (de cada carteira adquirida) cancelada no exercício de 2023.

11. RÉDITO

11.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tendo em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela sociedade. O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

Rubricas	2023	2022	Variação	Variação %
Prestações de Serviços	846 099	637 160	208 940	33%

12. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

12.1. Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios do Governo encontram-se relevados na demonstração de resultados do período económico.

12.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

A demonstração de resultados inclui o montante de 767,92 euros de subsídios à exploração, relativo a programas de empregabilidade contratualizados com o IEFP, apoio às PME e apoios da segurança social. A empresa não beneficiou de outras formas de apoio do Governo.

13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

13.1. Autorização para emissão:

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 foram aprovadas pela Administração e autorizadas para emissão em 12 de Abril de 2024.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração das presentes demonstrações financeiras, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Não influenciando as contas de 2023 verificamos desde fevereiro de 2022 condicionalismos decorrentes da atual conjuntura económica derivada da ofensiva/guerra russa na Ucrânia e o conflito entre Israel e a Palestina/Gaza , nomeadamente o aumento consecutivo dos preços dos combustíveis e eletricidade, entre outros, dada a elevada taxa de inflação.

Neste sentido a Administração entende que apesar dos potenciais impactos decorrentes da ofensiva/guerra na Ucrânia e do conflito entre Israel e a Palestina/Gaza, mantém-se apropriado o pressuposto da continuidade, que esteve na base da preparação das Demonstrações Financeiras.

Destaca-se ainda que a inexistência de efeitos significativos ao nível das áreas das contas sujeitas a julgamento e incerteza de estimativa, nomeadamente, entre outras: mensurações ao justo valor; imparidades de ativos; avaliação das perdas esperadas nos créditos; mensuração e reconhecimento do crédito; e requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras. Também não se verificaram quaisquer incumprimentos contratuais, de contratos onerosos e planos de reestruturação.

13.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Não foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço.

13.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos.

Não ocorrem acontecimentos após a data do balanço que tenham dado lugar a ajustamentos.

14. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

14.1 Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos:

a) Gasto (rendimento) de impostos correntes:

O imposto corrente contabilizado, no montante de 4.166,09 euros, corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data do balanço. Concretamente, o valor de imposto em causa respeita à estimativa de IRC com base na taxa norma de IRC e também à derrama e tributações autónomas.

b) Quaisquer ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores;

No exercício de 2023 foi reconhecido 0.01 euros de ajustamentos em resultados decorrentes de impostos de exercícios anteriores.

15.2 Relacionamento entre gasto de impostos e lucro contabilístico:

O quadro seguinte apresenta a reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico e também a evidenciação da taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Resultado contabilístico antes de impostos	20 525 €	8 758 €
Resultado tributável	25 453 €	14 500 €
Taxa de imposto (IRC)	12.5% - 21%	12.5% - 21%
Imposto estimado	3 182 €	1 813 €
Tributações autónomas	730 €	566 €
Derrama	255 €	145 €
Total de Imposto (IRC) do período	4 166 €	2 523 €
Taxa efectiva de imposto (IRC)	20%	29%

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados pelo seu valor de custo.

Categorias de ativos e passivos financeiros:

15.2. Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

15.2.1 Clientes/Fornecedores/Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar/pessoal

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de clientes, fornecedores, outros créditos a receber e outras dívidas a pagar e pessoal apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	Situação em 31/12/2023			Situação em 31/12/2022		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Activos						
Clientes	20 432 €	- €	20 432 €	21 294 €	- €	21 294 €
Outras créditos a receber	42 300 €	- €	42 300 €	42 825 €	- €	42 825 €
Estado e outros entes públicos	0 €	- €	0 €	612 €	- €	612 €
Diferimentos	21 445 €	- €	21 445 €	21 642 €	- €	21 642 €
Total	84 177 €	0 €	84 177 €	86 372 €	0 €	86 372 €
Passivos						
Fornecedores	6 821 €	- €	6 821 €	5 109 €	- €	5 109 €
Estado e outros entes públicos	18 163 €	- €	18 163 €	15 095 €	- €	15 095 €
Outras dívidas a pagar	204 760 €	- €	204 760 €	232 432 €	- €	232 432 €
Total	229 744 €	0 €	229 744 €	252 636 €	0 €	252 636 €

15.2.2 Financiamentos obtidos

Modalidades de financiamento	Situação em 31/12/2023			Situação em 31/12/2022		
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total
Empréstimos bancários	10 833 €	0 €	10 833 €	10 000 €	10 000 €	20 000 €
Ligações financeiras	7 911 €	26 598 €	34 509 €	7 920 €	34 345 €	42 265 €
Total	18 744 €	26 598 €	45 342 €	17 920 €	44 345 €	62 265 €

15.2.3 Investimentos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2023, a rubrica de «Investimentos Financeiros», apresentava a seguinte decomposição:

Investimentos Financeiros

Rubricas	Situação em 31/12/2023			Situação em 31/12/2022		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Outros Investimentos financeiros	700 €	- €	700 €	700 €	- €	700 €
Total	700 €	- €	700 €	700 €	- €	700 €

15.2.4 Instrumentos de Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2023, eram os seguintes os Instrumentos de capital próprio mensurado ao custo:

Rubrica	31/12/2023	31/12/2022
Capital Próprio		
Capital social subscrito	75 000	75 000
Total	75 000	75 000

15.3 Total de rendimento de juros e total de gasto de juros para ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

Rubricas	Situação em 31/12/2023			Situação em 31/12/2022		
	Rendimento de juros	Gastos de juros	Diferença	Rendimento de juros	Gastos de juros	Diferença
Passivos financeiros						
Financiamentos Obtidos		10 094 €	-10 094 €		7 002 €	-7 002 €
Total do Passivo	0 €	10 094 €	-10 094 €	0 €	7 002 €	-7 002 €

15.4 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O capital social no montante de 75.000 euros encontra-se integralmente realizado.

15.5 Número de ações/quotas representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal.

O capital social encontra-se distribuído por 75.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro cada.

15.6 Reconciliação, para cada classe de ações/quotas, entre o número de ações/quotas em circulação no início e no fim do período.

No exercício de 2023 não foram emitidas novas ações.

15.7 Quantias de aumentos de capital realizado no período e a dedução efetuada como custos de emissão.

Não houve no exercício aumentos de capital social no exercício de 2023.

16. DIFERIMENTOS

A conta de diferimentos engloba gastos com 21.445€ a serem reconhecidos na demonstração de resultados do período seguinte, de acordo com o princípio do acréscimo (especialização dos exercícios).

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, as rubricas da demonstração de resultados Fornecimentos e Serviços Externos apresentavam a seguinte decomposição:

Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2023	31/12/2022
Serviços Especializados		
Trabalhos Especializados	33 824	17 420
Publicidade e Propaganda	5 058	2 663
Vigilância e Segurança	139	0
Honorários	139 162	78 256
Comissões	28 795	213
Conservação e Reparação	4 680	15 641
Materiais		
Ferramentas e ut. desg. rápido	3 823	4 787
Material de escritório	4 887	3 912
Artigos para oferta	525	1 081
Energia e Fluidos		
Electricidade	10 639	6 118
Combustíveis	12 718	9 825
Água	1 164	1 359
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	13 858	13 463
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	52 405	34 685
Comunicação	13 610	12 402
Seguros	14 448	15 308
Contencioso e notariado	75	4 040
Despesas de representação	2 848	3 262
Limpeza, higiene e conforto	3 490	3 230
Outros Serviços	2 869	5 811
Total	349 019	233 474

18. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com Pessoal	31/12/2023	31/12/2022
Remunerações dos Órgãos Sociais	- €	- €
Remunerações do Pessoal	341 092 €	289 683 €
Encargos sobre remunerações	60 047 €	60 535 €
Seguros de acidentes de trabalho	1 821 €	1 965 €
Outros gastos com o Pessoal	11 770 €	6 495 €
Total	414 729 €	358 679 €

O número médio de funcionários durante o período foi de 20 (21 no ano anterior).

Não existem quaisquer situações de benefícios pós-emprego, outros benefícios a longo prazo de empregados e bem assim benefícios atribuídos a título de cessação de emprego.

19. OUTROS GASTOS / OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, as rubricas da demonstração de resultados Outros gastos e Outros rendimentos e apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022
Outros gastos		
Impostos	1 641 €	4 679 €
Correcções relativas a períodos anterior	15 €	0 €
Donativos	1 338 €	1 500 €
Quotizações	2 070 €	1 649 €
Outros não especificados	714 €	2 009 €
Total	5 778 €	9 837 €
Outros rendimentos		
Ganhos em inventários	0 €	2 041 €
Rendimentos em investimentos não financeiros	1 821 €	0 €
Excesso da estimativa para impostos	0 €	0 €
Total	1 821 €	2 041 €

20. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	Situação em 31/12/2023			Situação em 31/12/2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Activos						
Imposto sobre o rendimento	0 €		0 €	612 €		612 €
Total do activo	0 €	0 €	0 €	612 €	0 €	612 €
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	2 444 €	0 €	2 444 €	0 €	0 €	0 €
Retenção de impostos s/ rendimento	8 357 €	0 €	8 357 €	8 515 €	0 €	8 515 €
Contribuições p/ Segurança Social	7 362 €	0 €	7 362 €	6 580 €	0 €	6 580 €
Total do passivo	18 163 €	0 €	18 163 €	15 095 €	0 €	15 095 €

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

21.1 Quantias que se espera sejam recuperadas ou liquidadas num prazo superior a doze meses para cada linha de item de ativo e de passivo que combine quantias que se espera sejam recuperadas ou liquidadas: i) até doze meses após a data do balanço; e ii) após doze meses da data do balanço.

Ver as anteriores notas 9 e 15.2.2 do presente Anexo.

21.2 A quantia e a natureza de elementos isolados dos rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excepcionais.

Não existem rendimentos e/ou gastos com dimensão ou incidências excepcionais.

21.3 A proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados.

É proposto pela Administração da Empresa que o resultado líquido do exercício de 2023, o qual se cifrou em 16.358,44€, seja aplicado do seguinte modo:

- Reservas legais: 817,92€
- Resultados transitados: 15.540,52€

21.4 Outras divulgações

- 1- A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.
- 2- Dando cumprimento ao estipulado no artigo 21º da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro (Código Contributivo), a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.
- 3- Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais
Dando cumprimento à alínea b) do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários anuais relativos à prestação de serviços de Revisão Legal de Contas ascendem a 1.800 euros (sem IVA), não tendo sido faturados quaisquer outros serviços pela SROC, no ano de 2022. Em 31 de Dezembro não havia qualquer montante em dívida relativamente a honorários ao Fiscal Único / SROC.

22. RELATO FINANCEIRO DOS MEDIADORES DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

22.1 – Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações.

A Publisegur reconhece o crédito/remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra no exercício da atividade de mediação de seguros, reconhece o rendimento pelo justo valor das quantias recebidas ou a receber proveniente das comissões das seguradoras.

22.2 – Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo.

Por Natureza	Remunerações	
	2023	2022
Numerário/Cheque/Transferência	825 668 €	615 866 €
Remunerações a receber	20 432 €	21 294 €
TOTAL PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	846 099 €	637 160 €
Rendimentos em Espécie (Incentivos Comerciais)	0 €	0 €
Total	846 099 €	637 160 €

22.3 – Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregadas por Ramo “Vida”, Fundos de Pensões e conjunto dos ramos “Não Vida”, e por origem.

Por entidade	Remunerações					
	Ramo Vida		Ramos Não Vida		Fundos de Pensões	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Empresas de Seguros	23 845 €	18 593 €	822 255 €	618 566 €	0 €	0 €
Outros Mediadores	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Clientes	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
TOTAL	23 845 €	18 593 €	822 255 €	618 566 €	0 €	0 €

22.4 – Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira.

Por entidade	Remunerações	
	2023	2022

Empresas de Seguros	100,0%	100,0%
Outros Mediadores	0,0%	0,0%
Clientes	0,0%	0,0%
TOTAL	100%	100%

22.5 – Valores das contas “clientes” no início e final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentem fundos relativos a contratos de seguros;

Em 31-12-2023 e 31-12-2022 os saldos da conta “clientes (seguradoras)” eram os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Conta Clientes	20 432 €	21 294 €

22.6 – Contas a receber e a pagar desagregadas por origem.

Por entidade	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2023	2022	2023	2022
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	0 €	0 €	0 €	0 €
Empresas de seguros	41 877 €	42 935 €	204 760 €	232 432 €
Empresas de Resseguros	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros mediadores	0 €	0 €	0 €	0 €
Clientes	0 €	0 €	0 €	0 €
TOTAL	42 300 €	42 935 €	204 760 €	232 432 €

22.7 – Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar.

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2023	2022	2023	2022
Fundos recebidos com vista serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	20.432 €	21 294 €	0 €	0 €
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	0 €	0 €	0 €	0 €

Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros)	0 €	0 €	0 €	0 €
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar	0 €	0 €	0 €	0 €
Outras quantias:	0 €	0 €	0 €	0 €
Diferimentos	21 445 €	21 642 €	0 €	0 €
Remunerações a Liquidar	0 €	0 €	60.917 €	44 407 €
Aquisição de carteira de seguros	0 €	0 €	100.904 €	153 204 €
Outros não relacionados com seguros	0 €	0 €	22 726 €	22 095 €
Acréscimo de gastos	0 €	0 €	20.213 €	12 725 €
TOTAL	41 877 €	42 935 €	204 760 €	232 432 €

22.8 – Idade das contas a receber vencidas à data de relato (final de exercício).

Contas a receber	Até 8 dias		Até 15 dias		Até 30 dias	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Sem imparidade	0 €	0 €	0 €	0 €	20 432 €	21 294 €
Com imparidade	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
TOTAL	0 €	0 €	0 €	0 €	20 432 €	21 294 €

22.9 – Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito.

Não Aplicável.

22.10 – Transmissões de carteiras de seguros.

Carteira de Seguros			
Transmissões recebidas		Transmissões efetuadas	
2023	2022	2023	2022
12 000	281 470	-	-

22.11 – Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela.

Contratos de mediação de seguros cessados	Indemnizações de Clientela	
	2023	2022
	-	-

22.12 – Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes.

Obrigações Materiais	Obrigações Materiais 2023	Obrigações Materiais 2022
----------------------	------------------------------	------------------------------

22.13 – Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações.

Cód. ASF	Segurador	Vida	Não Vida	Total	%
1197	Generali Seguros S.A.	7 655,87 €	235 027,98 €	242 683,85 €	29%
1011	Fidelidade S.A.	0€	215 134,61 €	215 134,61 €	25%
1205	Liberty, S.A.	3 662,46 €	125 301,22 €	128 963,68 €	15%
1129	Ageas Portugal, S.A.	0,00 €	56 305,58 €	56 305,58 €	7%
1026	Lusitânia, S.A.	0,00 €	56 596,04 €	56 596,04 €	7%
1028	Allianz Portugal, S.A	786,43 €	45 143,55 €	45 929,98 €	5%

22.14 – Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome.

Transferência de valores (prémios) para entrega às empresas de seguros em relação aos quais o corretor não tem poderes de cobrança	Valor total dos fundos	
	2023	2022
	0,00 €	0,00 €

22.15 – Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe foram outorgados poderes de cobrança.

Transferência de valores (prémios) para entrega aos resseguradores em relação aos quais o mediador de resseguros não tem poderes de cobrança	Valor dos fundos	
	2023	2022
	0,00 €	0,00 €

22.16 – Valor total dos fundos que foram confiados ao mediador de resseguros pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas.

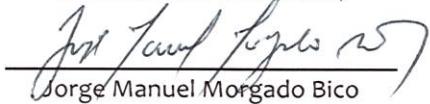
Transferência de valores (prémios) para entrega aos às empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas	Valor total dos fundos	
	2023	2022
	0,00 €	0,00 €

22.17 – Apresenta-se em seguida o valor das remunerações auferidas por segurador e segregadas entre os ramos Vida e Não Vida, no exercício de 2023.

Cód. ISP	Segurador	Vida	Não Vida	Total
1197	Generali Seguros S.A.	7 656 €	235 028 €	242 684 €
1011	Fidelidade, SA	0 €	215 135 €	215 135 €
1205	Liberty, S.A.	3 662 €	125 301 €	128 964 €
1026	Lusitânia, S.A.	0 €	56 596 €	56 596 €
1129	Ageas Portugal, S.A	0 €	56 306 €	56 306 €
1028	Allianz Portugal, S.A.	786 €	45 144 €	45 930 €
1133	Carvela, S.A.	0 €	34 709 €	34 709 €
1184	Zurich, S.A.	0 €	30 871 €	30 871 €
1097	Una Seguros, SA	0 €	8 233 €	8 233 €
1160	Victória Seguros, S.A.	0 €	8 305 €	8 305 €
1145	Mapfre Seguros, S.A	0 €	225 €	225 €
1173	Chubb - Sucursal em Portugal	0 €	1 564 €	1 564 €
1029	Real Vida, S.A.	991 €	759 €	1 750 €
1188	Metlife Europe	730 €	0 €	730 €
1200	AIG- Sucursal em Portugal	0 €	1 069 €	1 069 €
4608	Mgen	0 €	1 623 €	1 623 €
1025	Lusitânia Vida, S.A.	1 261 €	0 €	1 261 €
1039	Ageas Vida, S.A.	5 697 €	0 €	5 697 €
1096	Victória Seguros Vida, S.A.	175 €	0 €	175 €
1098	Una Seguros de Vida, SA	216 €	0 €	216 €
1132	Zurich Vida, S.A.	831 €	0 €	831 €
1126	Prévoir- Vie Groupe Prévoir S.A	917 €		917 €
1102	Mapfre Asistencia Compañía Internacional de Seguros Y Reaseguros, SA	0 €	748 €	748 €
1198	Asisa Vida Seguros, S.A.U.	671 €	0 €	671 €
3820	Ageas Pensões- Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA	251 €	0 €	251 €
1173	Chubb European Group Limited, Suc em Portugal	0 €	125 €	125 €
4893	Great Lakes Insurance SE		104 €	104 €
4039	HDI Global SE		399 €	399 €
1157	ARAG SE - Sucursal em Portugal (Ibero)		11 €	11 €
		23 845 €	822 255 €	846 099 €

Guarda, 12 de Abril de 2024

O Contabilista Certificado,


Jorge Manuel Morgado Bico

(C.C. nº 4557)

A Administração,



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

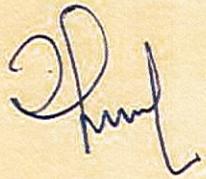
Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2023 (que evidencia um total de 600.508 euros e um total de capital próprio de 325.421 euros, incluindo um resultado líquido de 16.358 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira de **PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



SEDE

NIF C 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O

2



SEDE

NIPC: 505 261 598 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Guarda, 15 de Abril de 2024


MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
representada por:

Victor Manuel Lopes Simões – ROC 780,
registado na CMVM com o n.º 20160413

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81
6300 - 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
Email: vroc@mail.telepac.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Delegação Viseu
Rua Eça de Queirós, n.º 16
3500 - 417 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
Email: joenunes.voc@mail.telepac.pt



SEDE

NIPC 502 261 688 | Capital social 50 000 € S.R.C.C. n.º 176

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas:

- 1- Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, apresentamos aos Ex.mos Acionistas o nosso Relatório sobre a ação fiscalizadora por nós exercida na empresa **PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.**, e o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, que foram submetidos à nossa apreciação pela Administradora Única.
- 2- Acompanhámos com regularidade o desenrolar dos negócios e diligências efetuadas pela empresa, tendo recebido da Administração elementos necessários para o desempenho das nossas funções.
- 3- No cumprimento da nossa ação fiscalizadora, procedemos às verificações dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo efetuado os testes e outros procedimentos com a profundidade que julgamos adequada nas circunstâncias, tendo recebido dos serviços toda a colaboração solicitada.
- 4- Como Sociedade de Revisores Oficiais de Contas emitimos o documento de Certificação Legal das Contas (alínea g) do n.º 1 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais e art.º 52º n.º 1 a) do Decreto-Lei n.º 140/15 de 7 de Setembro) e Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria, que aqui se dão como integralmente reproduzidos.

MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

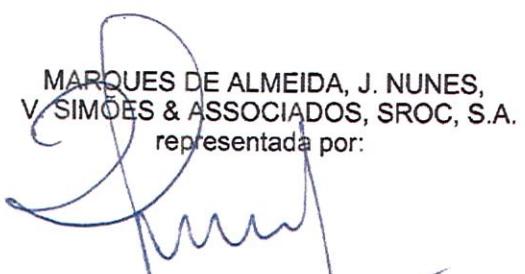
NIFC 305 261 898 Capital social 50.000 € S.R.L.C. n.º 176

5- Considerando que o Relatório da Administradora Única descreve de modo claro a evolução registada pela empresa, tendo em atenção a referida Certificação Legal das Contas e dado que não tomámos conhecimento de violação à Lei e aos Estatutos, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pela Administradora Única e referentes ao exercício de 2023;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados;
- c) A Assembleia Geral proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade, nos termos do artigo 376º e 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Guarda, 15 de Abril de 2024

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
representada por:



Victor Manuel Lopes Simões ROC 780
registado na CMVM com o n.º 20160413

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81
6300 - 668 GUARDA
271 227303 * Fax: 271 227304
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond. Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Delegação Viseu
Rua Eça de Queiros, nº 16
3500 - 17 VISEU
232 435277 * Fax: 232 435279
Email: joaojnunes.roc@mail.telepac.pt